

Carla Luiza de Oliveira  
Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

**Contato**  
carlaloliveira6@gmail.com

**Palavras-chave:**  
Ideologia, gênero, nova direita, neo-conservadorismo

**Keywords:**  
Ideology, gender, new right, neo-conservatism

# NEOCONSERVADORISMO E SUAS CONEXÕES COM A TEMÁTICA DE GÊNERO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

*Neoliberalism and its connections to gender issues: a literature review*

**Resumo:** Este artigo explora a dinâmica entre gênero, sexualidade e política, com foco na ascensão de discursos conservadores em resposta aos avanços progressistas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. O estudo bibliográfico se concentra, especialmente, no termo “ideologia de gênero”, considerado um pânico moral, impulsionado por grupos conservadores que veem as demandas de reconhecimento destes direitos como ameaças à sociedade. Para o melhor entendimento da terminologia e do seu uso, o artigo destrincha sobre o surgimento do pânico moral, bem como as pautas associadas à ele, como a educação, o aborto, a contribuição do fundamentalismo religioso na discussão e a articulação do termo no campo político brasileiro.

**Abstract:** *This article explores the dynamics between gender, sexuality, and politics, focusing on the rise of conservative discourses in response to progressive advancements in the field of sexual and reproductive rights. The bibliographic study focuses, specially, on the term “gender ideology”, considered a moral panic, driven by conservative groups who view the demands for recognition of these rights as threats to society. To better understand the terminology and its use, the article examines the emergence of moral panic, the issues associated with it, such as education, abortion, the contribution of religious fundamentalism to the discussion, and the articulation of the term in the Brazilian political arena.*

## INTRODUÇÃO

Wendy Brown (2019), em *As ruínas do neoliberalismo*, teoriza sobre a privatização econômica neoliberal e a subversão da democracia a partir dela, tendo em vista a desigualdade, a exclusão e o esmaecimento do imaginário democrático legitimados por esse modelo político-econômico. Brown (2019, p. 142) aponta para o fato de que “o desmonte da provisão pública vai de encontro com as normas da esfera privada para deslegitimar o conceito de provisões de bem estar social e o projeto de democratização dos poderes sociais de classe, raça, gênero e sexualidade”. A autora também destaca outro tipo de privatização, nomeadamente, a privatização por meio da familiarização e da cristianização, ao qual ela desenvolve melhor no capítulo “A esfera pessoal e protegida deve ser estendida”. A familiarização e a cristianização subvertem a democracia por meio de valores morais antidemocráticos, ao invés de valores capitais antidemocráticos, como ocorre com a privatização econômica neoliberal. A autora afirma que a racionalidade neoliberal mercantiliza e familiariza a vida cotidiana à medida em que contesta os princípios de igualdade, inclusão e pluralidade, bem como a determinação democrática de um bem comum.

Cooper (2017) afirma que, embora os economistas e teóricos legais neoliberais estejam mais dispostos, se comparados aos conservadores sociais, ao acomodar mudanças e relacionamentos diversos dentro da família, buscam ainda assim restabelecer a família privada como a principal fonte de segurança econômica e como alternativa ao estado de bem-estar social. E, conforme

afirma Resende (2022, p. 26), “os conservadores não são contrários ao Estado de Bem-Estar social *per se*, mas aos efeitos de seu sistema de proteção social sobre a estrutura familiar tradicional”. Nesse sentido, a concentração de políticas em torno da família se deve à colaboração entre neoliberais e conservadores. Cooper (2017), ao recuperar Polanyi e a sua teoria sobre o duplo movimento na história do capitalismo, afirma que o liberalismo econômico e o conservadorismo político, mesmo quando o último tece críticas ao capitalismo, são expressões igualmente constitutivas do capitalismo moderno. “A antipolítica convergente nos ideais conservadores e neoliberais assenta-se nessa ideia de que a tradição é a única forma de a sociedade se ver livre de uma racionalidade falha imposta por normas constituídas pelo poder político, pois essas normas racionais não são naturais” (Resende, 2022, p. 27).

Lacerda (2018), em *Neoconservadorismo: articulação pró-família, punitivista e neoliberal na Câmara dos Deputados*, destrincha os sentidos da expressão neoconservadorismo, bem como o contexto histórico de seu surgimento no Estados Unidos, a fim de entender a sua tensão com as temáticas de gênero mobilizadas pelas feministas e pelo movimento LGBTQIAPN+. O movimento conservador, segundo a autora, se refere tanto a um movimento intelectual quanto a um movimento político. O primeiro teve início nos anos 1950 e refere-se a produções acadêmicas baseadas no liberalismo econômico e em premissas anticomunistas. Já o movimento político diz respeito à coalizão neoconservadora, que, no caso dos Estados Unidos, é um produto do início da Guerra Fria, baseado no libertarismo econômico,

no tradicionalismo moral e no anticomunismo (Lacerda, 2018, p. 27).

Conforme afirma Lacerda (2018), a partir da década de 1960, o liberalismo econômico sofreu algumas alterações com a finalidade de incluir demandas da “nova esquerda”. Como uma reação a esse processo, os intelectuais neoconservadores foram se tornando mais conservadores no espectro político. A autora (2018) aponta o fato de que a ascensão do movimento feminista, do movimento negro e também do movimento estudantil, todos esses em prol da igualdade, não se configura, na perspectiva dos neoconservadores, como uma oportunidade de atuação, e sim como uma ameaça. Nesse contexto, o neoconservadorismo passa a definir a democracia e a mudança social como um alvo e oportuniza o surgimento da aliança neoconservadora, também conhecida como *nova direita* (Lacerda, 2018, p. 27). No caso estadunidense, a aliança neoconservadora, composta pela direita secular do Partido Republicano e pela direita cristã, permitiu com que o neoconservadorismo passasse a se constituir como um movimento político, diferenciando-se do movimento intelectual.

Lacerda (2018, p. 28) ressalta que a aproximação entre a direita secular e a direita cristã se deu pelas pautas comuns, sendo a defesa da não intervenção do Estado na economia a agenda partilhada por todos os integrantes dessa aliança. Já os valores morais tradicionais são prioridade da nova direita secular e da direita cristã. A luta contra o comunismo, Israel e política externa são prioridades dos intelectuais neoconservadores. Segundo a autora, a capilaridade da direita cristã por conta do poder eleitoral dos evangélicos e o seu engajamento proveniente dos valores religiosos dominantes também foram fatores que culminaram na associação da direita secular com a cristã, bem como o interesse dos evangélicos em adentrarem o campo político a fim de reagirem aos avanços feministas e do movimento LGBTQIAPN+.

Todos os componentes citados constituem a nova direita estadunidense, porém, conforme afirma Sara Diamond (1995, p. 165 apud Lacerda, 2018, p. 34), o que a diferencia e compõe o cerne do programa político da coalizão neoconservadora é o foco nas questões sexuais e reprodutivas. “O neoconservadorismo, portanto, é um ideário conservador e de direita, e sua peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução e aos valores cristãos” (Lacerda, 2018, p. 35).

Nesse sentido, Lacerda (2018) afirma que a partir da década de 1970 os evangélicos estadunidenses, movidos pelo ímpeto missionário e com o apoio de Ronald Reagan, começaram a atuar ativamente na América Latina. Embora o movimento neoconservador não se reduza aos evangélicos, Lacerda (2018, p. 198) diz que a direita cristã, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, é parte essencial na proposição de políticas neoconservadoras. A autora não indica a

existência de uma ação orquestrada de transposição de um movimento neoconservador dos Estados Unidos para o Brasil, no entanto, pode-se estabelecer convergências políticas já que “no Brasil, a maior parte dos ativistas de feição neoconservadora pertence à Assembleia de Deus, igreja norte-americana instalada no Brasil desde o início do Século XX, com viés conservador desde sua origem” (Lacerda, 2018, p. 198).

Isto posto, para destrinchar as conexões entre o neoconservadorismo e a temática de gênero, o presente artigo é dividido em dois capítulos para além desta introdução e da conclusão. O capítulo 1, “*Política, família e ideologia de gênero*”, contextualiza o debate sobre o termo “ideologia de gênero” situando-o enquanto pânico moral com base na revisão bibliográfica sobre o tema. Além disso, elabora um breve panorama sobre a origem do termo e os significados que são produzidos socialmente por meio do uso dele.

O segundo capítulo, “*Ideologia de gênero, aborto e educação no Brasil*”, situa a disputa entre gênero, sexualidade e aborto no Brasil, aborda a presença do fundamentalismo religioso em articulações políticas e econômicas e discute através do diálogo com distintos autores a instrumentalização da agenda educacional pela nova direita como método propulsor dos ideais neoconservadores no país, em especial aqueles referentes a temática de gênero. Por fim, a conclusão visa abrir caminhos para futuros trabalhos e perspectivas sobre o tema na tentativa de conquistar novos futuros nos quais o direito à vida, ao amor e à educação libertadora sejam acessíveis a alguns grupos sociais.

## POLÍTICA, FAMÍLIA E IDEOLOGIA DE GÊNERO

Resende (2022), em *O Contramovimento pela despublicização: o Escola sem Partido e os impactos da nova direita sobre a política pública de Educação*, fundamenta o uso do termo nova direita “devido a nova configuração de forças unificadas apesar de suas diferenças, dentro do espectro da direita, tendo o objetivo de promover a pauta despublicizante” (Resende, 2022, p. 33), cenário este que pode ser percebido atualmente, mesmo que em contextos diferentes, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Segundo Resende (2022, p. 33), a conjuntura atual representada pelo conceito de nova direita trata-se de uma “confluência pragmática de um amplo espectro de ideais de direita em torno de um projeto político orientado para um mesmo foco: combater as políticas públicas e os valores associados à esquerda progressista”. Nesse sentido, percebe-se, no caso brasileiro, a articulação dos fundamentalistas religiosos em conjunto com outros setores conservadores, com a finalidade de compor uma maioria moral na elaboração de agendas contrárias a movimentos progressistas, tanto na esfera civil quanto no congresso.

Retomando o foco nas relações econômicas e morais enquanto forças coexistentes, Biroli, Vaggione e Machado (2020), em *Gênero, Neoliberalismo e Democracia*, reafirma que a economia neoliberal e a moral reforçam e necessitam que papéis sociais, como a divisão sexual do trabalho, a maternidade e a sexualidade, sejam mantidos com base nas hierarquias convencionais. Embora as mulheres ainda sejam as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, a presença feminina na força de trabalho remunerada, bem como na educação formal, altera o trabalho gratuito exercido historicamente e produz uma tensão entre a esfera pública e a privada, respectivamente, no tempo dispendido para a profissionalização e para o cuidado.

Nesse sentido, o “familismo” ao qual o neoconservadorismo se refere (família heteronormativa em que o homem é o provedor financeiro e a mulher é a responsável pela reprodução biológica e pelo cuidado) torna-se um requisito essencial na medida em que as provisões públicas são retiradas ou privatizadas e o custo de fornecê-las passa a ser dos indivíduos, sendo as mulheres as principais responsáveis pelo trabalho (Biroli; Vaggione; Machado, 2020, p. 150). E, para que as hierarquias convencionais continuem funcionando, Biroli, Vaggione e Machado (2020) aponta para a produção de subjetividades autoritárias como um fator para a ascensão e apoio de lideranças e governos autoritários.

As atuais contradições do capitalismo pressionam ainda mais pela revisão das fronteiras entre produção e reprodução social. Com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, a falta de alternativas coletivas e públicas para garantir o cuidado de crianças, de idosos e dos mais vulneráveis produziu uma crise do cuidado. Embora seja vivenciada nas relações interpessoais, ela está diretamente ligada ao papel do Estado e à parcela de responsabilidades partilhadas entre Estado, mercado e famílias. Redefinições do papel do Estado pelo capitalismo financeiro e a mudança da ordem social de gênero produzem novos padrões para as relações de cuidado – que são, no entanto, conflitantes. Não só a posição social relativa das mulheres mudou, mas os arranjos familiares e os padrões afetivos e parentais se transformaram profundamente (Biroli; Vaggione; Machado, 2020, p. 151).

Brown (2019) afirma que, no neoliberalismo, as coordenadas da religião e da família (hierarquia, homogeneidade e exclusão) ganham legitimidade como valores públicos e passam a moldar a cultura em conjunto com o mercado. A união entre a familiarização cristã e o mercado é definida por ela como modelo duplo de privatização e, à medida que ele opera, transforma a nação em “um negócio competitivo que precisa fazer melhores acordos” e, concomitantemente, em “uma casa inadequadamente protegida, sitiada por estrangeiros que não pertencem ao lugar ou que estão mal-intencionados” (Brown, 2016, p. 142).

A substituição do governo democrático pelo mercado desregulado e pela moralidade tradicional se dá, segundo Brown (2019), através da “liberdade desatrelada da sociedade e da democracia”. Nesse sentido, a expansão da “esfera pessoal protegida” opera em função da “busca pela liberdade”, a qual é usada para justificar e assegurar poderes desiguais de classe, raça, sexualidade e gênero. “Ela gera uma *imagem* e um *ethos* da nação que rejeitam uma ordem pública, plural, secular e democrática em nome de uma ordem privada, homogênea e familiar” (Brown, 2019, p. 144). Assim, minorias percebidas como ameaçadoras ou desmerecedoras de direitos, tais como a população LGBTQIAPN+, negros, indígenas, mulheres, imigrantes e não-cristãos, passam a ter direitos restringidos ou negados em um cenário de precariedade social.

Nesse contexto em que vigora o modelo duplo de privatização, é possível pensar no processo de erosão das democracias partindo de uma perspectiva de gênero, visto que a “defesa da família” tem legitimado e propiciado o surgimento de lideranças autoritárias em um período de descrença na política. Ao realizar esse esforço teórico, torna-se evidente como a instrumentalização política da agenda moral, por meio de campanhas contra a igualdade de gênero, comprometem valores fundamentais como a pluralidade, a laicidade e a proteção às minorias sociais.

Além do mercado e dos sujeitos, Biroli, Vaggione e Machado (2020) chama a atenção para as disputas entre o Estado e a esfera pública, uma vez que a moralização do Estado pode repercutir no fechamento do espaço cívico. A autora reforça o fato de que o neoconservadorismo, ao fazer a defesa das tradições morais, instrumentaliza a luta na política. Nesse sentido, o debate sobre “ideologia de gênero” na América Latina parte da “inserção de políticas moralistas unitárias no debate político e na criação de oportunidades políticas eleitorais” (Biroli; Vaggione; Machado, 2020, p. 160).

Na segunda metade desse século, conforme afirma Biroli, Vaggione e Machado (2020), “ideologia de gênero” se tornou um *slogan* mobilizado em protestos de rua, campanhas eleitorais e em eventos populares em países distintos. Porém, suas origens são anteriores a esse momento: a autora aponta para a ideia de “cultura de morte” difundida pela Igreja Católica e associada ao uso de contraceptivos como um processo que precede a “ideologia de gênero”. Nesse contexto, a perspectiva de gênero já significava uma “ameaça a família, ao sexo matrimonial e a complementaridade entre homem e mulher, situados ao mesmo tempo, nos âmbitos da natureza e da moralidade” (Biroli; Vaggione; Machado, 2020, p. 153).

Machado (2018), em *O discurso cristão sobre “ideologia de gênero”*, aponta para o momento de articulação da Igreja Católica na década de 1990, em que os sacerdotes e teólogos começaram a formular os discursos para rebater a perspectiva de gênero desenvolvida nos

estudos acadêmicos, adotando uma concepção de ideologia formulada pelo pensamento social. Ou seja, da mesma maneira em que filósofos interpretaram ideias religiosas como um conjunto de crenças que falseiam a realidade social, os elaboradores do discurso sobre “ideologia de gênero” utilizaram-se dessa mesma estratégia. Vale ressaltar que o fazem sem amparo científico, para desqualificar não só a terminologia de gênero em si, como também as ações políticas decorrentes dela (Machado, 2018, p. 4).

Antes de adentrar nas formulações discursivas do campo religioso e da direita sobre gênero, é importante ressaltar que “gênero é uma moldura conceitual adotada pelo movimento feminista dos anos 80 para analisar os mecanismos legais e culturais da subordinação de mulheres” (Machado, 2018, p. 4). Ainda de acordo com a autora, para além de frisar que o conceito tem uma forte relação com o momento de luta em que é formulado, ressalta-se que ele também não é unânime, nem mesmo dentro do campo feminista, por reproduzir lógicas binárias de classificação do gênero e da sexualidade.

Ressalta-se como marco histórico na política anti-gênero a reação da Igreja Católica à Conferência Mundial de Beijing (1995) organizada pelas Nações Unidas. Conforme afirmam Miskolci e Campana (2017), o incômodo da instituição, a princípio, é destinado à substituição do termo “mulher” por “gênero” nos documentos e conferências que discutem os papéis e as desigualdades de gênero. A politização do termo “gênero” e a substituição do termo “mulher” fazem parte de um processo de desnaturalização das restrições à cidadania, bem como da violência oriunda do patriarcado. No entanto, essa alteração fomentou na Igreja a necessidade de defender a identidade feminina de um ponto de vista essencialista, ressaltando aspectos como a maternidade (centralizando o discurso na reprodução) e o cuidado para com a família, além de opor-se de forma ferrenha ao movimento feminista.

A partir da reunião da Conferência de Pequim, segundo Machado (2018), foram surgindo publicações sobre “ideologia de gênero”, sendo a primeira delas o livro *The Gender Agenda: Redefining Equality* (1997), da católica Dale O’leary, no qual ela discute o “feminismo de gênero” e seus vínculos com o marxismo. Além da associação da perspectiva de gênero ao marxismo, a “visão construcionista” que nega a dimensão natural dos gêneros é criticada pela Igreja no documento *La ideología de género: sus peligros y alcances* (1998), elaborado pela Conferência Episcopal do Peru. Cabe citar também o documento do Concílio Pontifício para *Família, intitulado Família, matrimônio e uniões de fato* (2000), o qual explica a “desestruturação” da instituição matrimonial nas últimas décadas; a *Carta aos Bispos da Igreja Católica* (2004), elaborada pelo cardeal Ratzinger, a qual refuta as discussões acadêmicas sobre a construção social dos gêneros e defende uma “antropologia cristã”; e o

livro *Ideologia de Gênero: totalitarismo e morte da família* (2010), desenvolvido pelo advogado argentino Jorge Scala e publicado no Brasil em 2011, reforçando o argumento de que os estudos sobre gênero não constituem um campo teórico (Machado, 2018, p. 4).

Jorge Scala (2010) e outros “empreendedores morais”, conforme afirmam Miskolci e Campana (2017, p. 725), definem a “ideologia de gênero” como “um instrumento político discursivo de alienação com dimensões globais que busca estabelecer um modelo totalitário com a finalidade de ‘impor uma nova antropologia’”, sendo ideologia uma categoria utilizada nesse contexto para equiparar-se a regimes totalitários como o nazismo e, na perspectiva dos teóricos de direita, também ao comunismo. Miskolci e Campana (2017) caracterizam os grupos que combatem a chamada “ideologia de gênero” e temáticas relacionadas como “empreendedores morais” que agem dentro de um campo discursivo de ação, e não como movimento social. Esses empreendedores se associam por meio de preocupações políticas compartilhadas, mesmo apresentando diagnósticos diferentes (Miskolci; Campana, 2017). Tanto é que os empreendedores morais acerca da “ideologia de gênero” no Brasil correspondem a grupos diversos como católicos, neopentecostais e políticos de direita.

A luta contra a ideologia se qualifica também como um eixo de ação política e se destaca na contra ofensiva aos avanços de direitos sexuais e reprodutivos (igualdade de gênero, combate à homofobia e reconhecimento da diversidade) na América Latina. Conforme Miskolci e Campana (2017), os defensores da “ideologia de gênero” desclassificam os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos, pois acreditam que, se assim tratados, a população os aceita sem contestar, mesmo se tratando – segundo eles – de atos criminosos. Nesse sentido, cria-se a necessidade de afastar movimentos feministas e LGBTQIAPN+ das definições de políticas públicas, bem como delimitar o Estado como um campo masculino e heteronormativo que impeça as demandas de emancipação feminina e de direitos daqueles que se posicionem de forma contrária à concepção tradicional de mundo (Miskolci; Campana, 2017, p. 743).

A “ideologia de gênero” para além da definição que os empreendedores morais desenvolveram, conforme Corrêa e Kalil (2020), pode ser definida como uma cola simbólica que mobiliza medos, pânico e repulsas. As autoras reforçam que a “ideologia de gênero” é mobilizada para expressar um amplo espectro de acusações que vão desde a pedofilia, as críticas à educação sexual nas escolas e até uma forte associação entre o comunismo com a temática de gênero. Partindo dessa perspectiva, pode-se perceber a “ideologia de gênero” como um pânico moral.

Gayle Rubin (2012) utiliza o conceito de pânico moral para nomear o processo de criminalização de comportamento inócuos, como a homos-

sexualidade. Nesse sentido, os pânicos morais configuram-se como discursos que se baseiam em uma estrutura discursiva já existente e que, por meio dela, inventam vítimas para justificar o tratamento discriminatório de comportamentos vistos como crimes, “vícios” ou “distorções” por grupos conservadores. Utilizando da ferramenta discursiva, os pânicos morais conseguem representar condutas consideradas desviantes da norma moral em ameaças à saúde e à segurança de mulheres e crianças, e, conseqüentemente, da civilização em si mesma. Pânicos morais não são espontâneos e repercutem temores previamente existentes na coletividade.

Já Richard Miskolci (2007) critica o termo pânico moral por descrever um fenômeno social por meio da alusão a sentimentos ou atos irracionais. Porém, o uso do termo é justificado, inclusive em sua obra *Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay* (2007), devido à diferenciação dos pânicos morais para com os demais pânicos em relação à sua configuração como uma reação a fenômenos além do perigo posto e a sua abrangência de reações a ameaças de posições, interesses, ideologias e valores (Goode; Ben-Yehuda apud Richard Miskolci, 2013).

Nesse sentido, conforme Miskolci (2007), a ameaça tem como alvo a sociedade e a ordem moral, sendo que aqueles que se sentem ameaçados e partilham certo consenso diante da circunstância, experienciam a necessidade de fazer algo, o que pode vir a repercutir no fortalecimento do aparato de controle social, como o surgimento de novas leis ou o fortalecimento do aparato de repressão já existente. Além de ganhos materiais em torno da disputa que envolve pânicos morais, do mesmo modo é importante perceber que avançar uma causa moral também repercute em um aumento de *status* do grupo que a defende e dos valores defendidos.

Além disso, Richard Miskolci (2007) aponta para a necessidade de “determinar quais valores e normas sociais estão em disputa no realinhamento do que a coletividade considera aceitável ou não em termos de comportamento e estilo de vida” (2007, p. 115), e também para dar enfoque no fenômeno da substituição na política simbólica dos pânicos morais. Muitos assuntos tendem a ser destacados pelos empreendedores morais como um ponto de atenção, embora representem, na verdade, outra questão. O autor apresenta a descriminalização da homossexualidade, por exemplo, como uma pauta imoral na percepção dos empreendedores morais. No entanto, para denunciá-la, despertam o temor da pedofilia associado à homossexualidade.

De acordo com Machado (2018), a luta simbólica da “ideologia de gênero” se dá, primordialmente, contra as teses construcionistas e da performance social que favorecem a ampliação da autonomia dos sujeitos frente às instituições existentes, nesse caso, as religiosas. Além disso, existe a defesa das ideias naturalistas que

são articuladas com a doutrina moral da Igreja Católica e com a retórica anticomunista. Nesse cenário, o feminismo também é comprometido e associado à “cultura da morte”, tendo em vista que a temática da “defesa da vida” é uma das estratégias retóricas centrais. O feminismo é, portanto, um produto do pensamento marxista que, segundo Machado (2018), pretende, a um só tempo, destruir a família e realizar uma revolução na sociedade. Desse modo, a “ideologia de gênero” seria um risco à reprodução biológica, à divisão tradicional de poder, entre o homem e a mulher, na família e na sociedade e à manutenção dos valores sociais vigentes.

## “IDEOLOGIA DE GÊNERO”, ABORTO E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Corrêa e Kalil (2020), por meio do estudo de 58 meios de comunicação, afirmam que o ano de 2007 marca o início da disseminação de imagens e posições relacionadas à “ideologia de gênero” no Brasil. As autoras, em *Políticas Antigênero em América Latina: Brasil – ¿La Catástrofe Perfecta?*, mostram que os registros associados à “ideologia de gênero” nessa época correspondem a relatos contrários à rejeição da masculinidade (tóxica), à soberania do sujeito sobre seu corpo, à liberdade sexual e à “desconstrução” da família brasileira. Em 2008, temas como pedofilia, aborto, homossexualidade, casamento gay, adoção por homossexuais, transexuais e o “fim da família” aparecerem associados à “ideologia de gênero”. A partir de 2011, aparecem as primeiras referências ao PT (petismo), à esquerda (esquerdismo), ao comunismo e à ONU. Além disso, há um paralelo na crescente divulgação de conteúdos sobre “ideologia de gênero”, com o aumento da produção de material contrário ao aborto.

Machado (2018) aponta as reações decorrentes à incorporação dos termos gênero e orientação sexual na proposta apresentada pelo poder executivo no Plano Nacional de Educação (PNE), para o período de 2011/2020, como um dos fatores que propiciou a difusão dos pânicos morais sobre gênero no Brasil. O destaque à promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual gerou mobilização de parlamentares católicos e evangélicos no Congresso Nacional, bem como a mobilização de líderes cristãos na sociedade civil. O PNE foi sancionado pela presidente da república em 2014, somente após sofrer modificações no Senado e, posteriormente, na Comissão Especial (22/04/2014), onde foram retiradas as referências ao gênero e à orientação sexual (Machado, 2018, p. 7).

O termo ‘ideologia de gênero’, com as suas múltiplas associações foi introduzido no país a partir de 2007, por instituições e atores católicos. Permaneceu em baixa intensidade até 2013, quando a difusão se expandiu vertiginosamente, sendo então incorporada com grande vitalidade pelos evangélicos. Houve, portanto,

no período de 2013 a 2015, um momento de confluência e sinergia entre os campos católico e evangélico em torno da questão, que coincide com a atuação conjunta de ambos os campos no debate sobre o PNE 2010-2020 [...] mas também com a fermentação da direita com as Jornadas de Junho e as mobilizações a favor do impeachment (Corrêa; Kalil, 2020, p. 60, *tradução nossa*).

A disputa histórica entre gênero, sexualidade e aborto foi tensionada de forma mais enfática no Brasil com a suspensão, em maio de 2011 – nos primeiros meses do mandato de Dilma Rousseff – do material didático do programa *Escola sem homofobia*, apelidado pelos conservadores de “Kit Gay”. A cartilha que foi produzida para ser distribuída nas escolas públicas de ensino foi atacada pelo grupo conservador religioso no Congresso. A presidente, então, cedeu e disse que seu governo “não iria impor sua orientação sexual a ninguém” (Damé, 2011). Corrêa e Kalil (2020) afirmam que essa vitória deu mais força ao grupo evangélico no Congresso para continuar questionando as iniciativas públicas em relação aos direitos das mulheres, em especial os direitos referentes à sexualidade e ao aborto, mas também para fazer exigências políticas mais amplas. Conforme Corrêa e Kalil (2020), a grande imprensa só tratou o tema efetivamente a partir de 2014, momento em que o discurso já era disseminado e já havia incidência no campo educacional.

O interesse no tema cresceu até 2018 e aumentou consideravelmente em agosto de 2018, durante o processo eleitoral – momento em que a fórmula “ideologia de gênero” alcançou proporções imensuráveis. Embora os registros associados à “ideologia de gênero” só tenham surgido em 2007, anteriormente a esse período, observa-se a presença dos conteúdos mobilizados pelos empreendedores morais em torno do pânico moral da “ideologia de gênero” também no movimento antiaborto. Denominado pelos conservadores como um movimento em prol da “cultura da vida”, o movimento antiaborto “diz respeito à manutenção de uma ordem conservadora que extravasa a questão do aborto em si” (Rocha, 2020, p. 49), ou seja, abrange, além da temática do aborto, outras demandas sociais conservadoras que se opõem a tudo que pertença à “cultura da morte”.

A fim de entender melhor as proposições do movimento antiaborto, é necessário compreender bem o que é definido como a “cultura da morte”, uma vez que esse termo precede o pânico moral da “ideologia de gênero”. Além disso, o movimento antiaborto possibilitou a construção de algumas bases sólidas de atuação do movimento neoconservador atualmente. Destaca-se as ofensivas realizadas pelo movimento antiaborto diante das oportunidades políticas disponíveis ao longo do tempo. Nesse sentido, Rocha (2020) define a “cultura da morte” como “tudo aquilo que seria contrário à manutenção da família heterossexual monogâmica concebida a partir

de um ordenamento conservador da sociedade” (Rocha, 2020, p. 67), ou seja, tudo que se opõe à maneira cristã de direita de viver. Dentre as práticas que são incompatíveis com a “cultura da vida”, Rocha (2020) menciona:

[...] a atividade sexual que não possua fins exclusivamente procriativos; o uso de contraceptivos; a realização de procedimentos definitivos de esterilização voluntária; a interrupção da vida em quaisquer de seus estágios por interferência humana, a utilização de células-tronco para pesquisas científicas; e a reivindicação de reconhecimento e de direitos por parte da população LGBT (Rocha, 2020, p. 64).

Nesse sentido, a “cultura da vida” defendida pelo movimento antiaborto ultrapassa as fronteiras de oposição ao procedimento de interrupção da gravidez, bem como expande as demandas do movimento ao englobar valores sociais conservadores mais amplos a respeito da reprodução e da conservação da vida humana (Rocha, 2020, p. 67). Esse processo, segundo a autora, permite colocar a estrutura familiar na centralidade de todas as reivindicações. Assim, a defesa da família tradicional cristã e da conservação das tradições, de acordo com Rocha (2020), está ancorada no entendimento de que os costumes não são arbitrários, “mas uma condensação de conhecimentos advindos de um longo processo de aprendizagem que favorecem a reprodução da sociedade, daí o sentimento de responsabilidade pelos mortos, pelos vivos e por aqueles que estão para nascer” (Rocha, 2020, p. 51).

Tal interpretação é explicitada no programa “Aliança pelo Brasil”, desenhado pelo PSL (Partido Social Liberal), partido por meio do qual Bolsonaro foi eleito em 2018. O programa tinha como centro a questão do aborto, dado que a sua defesa pode ser considerada, em conformidade com a percepção de Bolsonaro e sua base, uma “traição social” pelas pessoas que “já nasceram” (Rocha, 2020, p. 47). De acordo com Rocha (2020, p. 62), durante o período de 1993 a 2007, o movimento antiaborto consolidou sua atuação em frentes parlamentares e em atos públicos e, a partir de 2007 até os dias atuais, o movimento tem procurado demarcar esse intervalo de tempo como um período de ofensiva. A institucionalização do movimento antiaborto na década de 1990 não é em vão, pois ela se aloca “exatamente no momento de conquista de novos espaços no âmbito parlamentar por parte do movimento feminista” (Rocha, 2020, p. 58).

Dentre as conquistas do movimento feminista que impulsionaram a reação do contramovimento, Rocha (2020) menciona a transformação de pautas defendidas pelo movimento em projetos de lei que propunham a legalização do aborto, a união civil de casais homossexuais e maior proteção da população feminina diante da violência doméstica. Rezende (2016, p. 24) destaca o primeiro governo Lula como um marco do início das inovações da contramobilização nacional ao aborto. O primeiro mandato do petista corresponde justamente ao momento em que a

agenda da saúde das mulheres e dos direitos sexuais reprodutivos objetivava revisar a legislação punitiva do aborto.

Alocada principalmente no âmbito institucional, em particular, no legislativo, através de ações de pressão menos disruptivas (lobby, petições etc.) a contramobilização ao aborto sofreu remodelações e adotou a forma política de movimento social, atuando através de campanhas públicas e estratégias discursivas de caráter e impacto simbólico, visando angariar maior visibilidade pública e adesão da sociedade à causa antiabortamento (Rezende, 2016, p. 24).

A adesão ao formato de “movimento social” também é uma estratégia dos militantes antiaborto, já que “preferem unir forças de forma estratégica para promover uma ofensiva mais forte no que diz respeito à defesa de suas pautas do que atuar de forma separada e dentro de marcos estritamente confessionais” (Ferreira, 2010, apud Rocha, 2020, p. 59). Ou seja, ao se tornarem um contramovimento social, passam a atuar efetivamente em diferentes arenas políticas e extrapolam o cenário da religião.

Um exemplo recente foi a dramatização no plenário do Senado em discussão sobre aborto. Uma atriz realizou uma encenação a partir do “ponto de vista de um feto” durante o debate sobre o projeto de lei que equipara o aborto após a 22ª semana ao crime de homicídio. Além disso, de acordo com o Portal de Notícias G1, o debate nessa ocasião ignorou especialistas contrários ao projeto de lei contando apenas com “entidades e representantes da sociedade civil favoráveis a restrições para a assistolia fetal” (Duailibi, 2024).

O destaque da temática no governo Lula está fortemente associado ao Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), decretado em 2009 pelo presidente. Dentre os objetivos do PNDH 3, três deles foram interpretados pelo movimento antiaborto como avanços da “cultura da morte”: “considerar o aborto como tema de saúde pública com a garantia do acesso aos serviços de saúde, apoiar projeto de lei que disponha sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo e promover ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos” (Rocha, 2020, p. 63). Precursoras a esse momento, Rezende (2016) destaca a Campanha Nacional em Defesa da Vida e o Movimento Nacional de Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto, ambas as mobilizações antiaborto realizadas em meio ao ciclo eleitoral de 2006.

Em contrapartida às ofensivas do movimento antiaborto, no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011–2014), houve avanços relacionados a demandas progressistas que, de acordo com Rocha (2020, p. 46), fomentaram reações conservadoras que extrapolaram as contestações de representantes religiosos conservadores, atingindo, assim, outros setores políticos. Dentre os avanços, a autora menciona a Comissão Nacional da Verdade (2011), o reconhecimento

da união estável homoafetiva (2011), o direito ao aborto em casos de anencefalia fetal (2012), a validade do sistema de cotas raciais nas universidades públicas (2012), a PEC das domésticas (2013), a “Lei da Palmada” (2014), além dos protestos realizados pelas feministas entre 2011 e 2013, afetando a organização política no âmbito da sociedade civil, como foi o caso das “Marchas das Vadias”.

A discussão anti-gênero no Brasil, conforme Silva e Oliveira (2020), abrange não só a presença do fundamentalismo religioso em articulações políticas e econômicas, mas também a expansão de ações da nova direita para vários setores, em especial o do conhecimento. Tais expansões culminam, segundo as autoras, na perseguição de trabalhos, na descridibilização da participação feminina, inclusive em áreas com maior número de mulheres e na difamação do discurso feminista (Silva; Oliveira, 2020, p. 5). Há um destaque aos ataques oriundos da política anti-gênero às instituições públicas de educação, em especial às superiores, “principalmente por terem sido esses os espaços de debates democráticos sobre política pública e promoção de igualdade e respeito à pluralidade” (Silva; Oliveira, 2020, p. 8).

A ênfase no sistema educacional, inclusive em contramovimentos, como o *Escola Sem Partido*, tem como finalidade a “instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários” (Brown, 2019, p. 135), sendo um deles a restauração de ordens sociais e hierárquicas implícitas. Além do enfoque dado ao sistema educacional, como uma possibilidade de restabelecimento da tradição cristã conservadora, observa-se a escola como um “locus propício para os embates entre as esferas privada e pública” (Faria; Resende, 2023, p. 1). Nesse sentido, segundo os autores, no ambiente educacional é possível estabelecer uma relação estreita com a família, além de acessar o processo de formação cultural e identitário dos indivíduos.

Miguel (2016), em *Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro, identifica que o Movimento Escola Sem Partido (MESP), criado em Brasília no ano de 2004 pelo advogado Miguel Francisco Urbano Nagib, inicialmente defendia uma “escola sem partido” combatendo o temor da “doutrinação marxista”, um pânico para os conservadores desde a ditadura militar. O MESP começou a ter notoriedade no cenário nacional a partir de 2010, e seu crescimento no debate público incide ao anexar na agenda conservadora o combate à “ideologia de gênero”, transferindo a discussão para o campo “moral” em detrimento do “político” (Miguel, 2016, p. 595).*

Desse modo, conforme o autor, ao mudar o escopo central do debate, o *Movimento Escola Sem Partido* enquadra a luta “nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças” (Miguel, 2016, p. 596). Atualmente, o movimento é o expoente no que

tange a grupos neoconservadores focados na temática educacional, apontado por Faria e Resende (2023) como um dos principais atores no processo de “despublicização”.

Propomos identificar como “despublicização” as tentativas (1) de reprogramar o Estado, retirando-lhe os meios de promover e coordenar um conjunto de políticas de Bem Estar Social, transferindo tais funções para o mercado e/ou para a família; (2) de impor valores e visões de mundo que buscam assegurar uma moralidade conservadora posto que restringe o pluralismo de ideias, a definição de direitos e o escopo da cidadania; e, por fim, (3) de limitar os espaços de expressão da diferença e do debate público sobre temas e problemas acerca dos limites do público e do privado (Faria; Resende, 2023, p. 4).

Desse modo, ao sobrepor a “ideologia de gênero” frente à “doutrinação marxista”, a defesa da educação “neutra” passa a ser substituída pela “noção de primazia da família sobre a escola” (Miguel, 2016, p. 601). Nesse sentido, a reivindicação se direciona aos professores e aos conteúdos propostos em sala de aula, que, por sua vez, devem estar em conformidade com os valores dos pais dos alunos:

O foco principal é a ‘ideologia de gênero’, mas a regra contempla também as posições políticas sobre outras questões e mesmo a teoria da evolução das espécies ou o heliocentrismo. Se as escolas privadas poderiam incluir cláusulas contratuais que garantissem a possibilidade de apresentação de determinados temas em sala de aula, as públicas teriam que se curvar aos vetos de tantos pais de alunos quantos quisessem se aproveitar da prerrogativa (Miguel, 2016, p. 601).

Tendo em vista que para os neoconservadores “é funcional que as políticas públicas se subordinem às diretrizes emanadas desse espaço privado e familiar e/ou sejam por ele implementadas” (Faria; Resende, 2023, p. 5), o Movimento Escola Sem Partido, como parte do processo de despublicização, da agenda neoconservadora, prioriza as “prerrogativas parentais biológicas e ideológicas” em detrimento das “prerrogativas público-estatais” e, por conta disso, defende “a eliminação de programas, conteúdos e materiais didáticos relacionados à educação sexual, ao combate à homofobia ou à crítica aos papéis sexuais tradicionais, e/ou que entram em choque com os valores políticos ou religiosos da família” (Faria; Resende, 2023, p. 5).

Ao dissertar sobre a hierarquia de prioridades do *Movimento Escola Sem Partido*, Miguel (2016) recupera o *slogan* do MESP “Meus filhos, minhas regras”, paródia do lema feminista “meu corpo, minhas regras”, para ilustrar como o movimento enquadra as crianças, a escola e a família. Nesse sentido, as crianças são propriedades das famílias e não sujeitos de direito, “o que inclui, aliás, o direito de conhecer o mundo e de adquirir os instrumentos para pensar com a própria cabeça” (Miguel, 2016, p. 605); já a instituição escolar, na perspectiva dos neoconser-

vadores, tem como única função pedagógica a transferência de conteúdos formais e não mais “o convívio com as diferentes visões de mundo, próprio de uma sociedade pluralista e democrática” (Miguel, 2016, p. 605).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que, de acordo com o *Movimento Escola Sem Partido*, a escola é um espaço de transmissão de conteúdos formais e não mais um espaço plural de vivências e debates críticos, ela não deve, de nenhuma maneira, interferir nos valores (conservadores) familiares. É possível, a partir dessas premissas, perceber, no *Movimento Escola Sem Partido*, o duplo movimento de privatização evidenciado por Brown (2019) e mobilizado pelo MESP de diversas maneiras. A primeira articulação fortemente associada ao duplo movimento de privatização diz respeito à definição do Estado como um inimigo a ser combatido, já que nele vigora, ainda que de maneira insuficiente, “regras de igualdade que ameaçam as hierarquias que se reproduzem seja nas relações de mercado, seja na esfera doméstica” (Miguel, 2016, p. 617).

A suspensão da escola como um espaço plural e a criminalização dos professores a partir da “doutrinação”, seja ela marxista ou de gênero, também abrem brechas para um debate acerca da prevalência da religião sobre o Estado, oportunizando iniciativas como o *homeschooling*. Nesse contexto, o *homeschooling* apresenta a realização da prática educacional pelos próprios pais como alternativa à educação plural e secular: “Para os setores fundamentalistas e neoconservadores, a educação escolar não deve tratar de temas religiosos, políticos, sexuais e morais, e, caso insista em fazê-lo, a ‘solução’ é educar os filhos em casa” (Cecchetti; Tedesco, 2020, p. 4).

Por fim, a disputa neoconservadora no campo educacional também viabiliza a demarcação da família como um campo privado com autonomia própria e sem conexão com a sociedade, sendo as crianças configuradas, nesse processo, apenas como um produto da entidade familiar. Na verdade, o que impera é o definhamento social, bem representado no discurso de Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990 pelo Partido Conservador, no qual ela afirma: “Não existe essa coisa de sociedade. Existem indivíduos, homens e mulheres, e existem as famílias” (Magnoli, 2013). Portanto, é importante considerar que a moralização não atende por si só às necessidades das pessoas e das famílias. Na perspectiva do fortalecimento da família e dos vínculos familiares, permeia a restrição de garantias: a agenda de austeridade pode exigir ainda mais das famílias na medida em que restringe os direitos fornecidos pelo Estado e transfere as responsabilidades para as próprias famílias.

Como explanado ao longo do texto, apesar de capitaneada por atores religiosos conservadores, as reações contrárias à igualdade de gênero constituem um fenômeno político que envolve uma coalizão neoconservadora (Lacerda, 2019; Birolli et al, 2020) promotora da erosão da democracia, o que propicia o surgimento de lideranças autoritárias – no caso do Brasil, a candidatura e a eleição de Jair Bolsonaro. Birolli, Vaggione e Machado (2020) aponta que Jair Bolsonaro mobilizou muitos repertórios discursivos durante a sua candidatura e posteriormente à sua eleição, sendo que a pauta contrária à “ideologia de gênero” lhe permitiu um novo ciclo de visibilidade pública e de alianças. Nesse contexto, a autora ressalta que as principais manifestações mobilizadas contra Bolsonaro foram organizadas por mulheres e continham o slogan #EleNãO, bradando contra a misoginia e a LGBTfobia, ficando evidente a relevância do gênero enquanto campo em disputa.

Conforme Silva (2021), é importante mencionar que o governo Bolsonaro (2019–2022), além de colocar-se contra a “ideologia de gênero” no campo discursivo, em seu primeiro ano de mandato promoveu de forma rápida o desmonte de políticas públicas para as mulheres e para as pessoas LGBTQIAPN+ em diversas áreas. No campo da saúde foram descontinuadas campanhas de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) para a população LGBTQIAPN+, sob a justificativa de “não ofender as famílias”; na cultura e nas artes, Bolsonaro vetou

verbas para a Agência Nacional de Cinema (ANCINE), em projetos que discutam temáticas de gênero, além de ter suspenso o edital que pretendia financiar séries LGBT para TVs públicas.

Butler (2024), em *Quem tem medo do gênero?*, aponta como uma resposta possível para os empreendedores morais, propagadores da “ideologia de gênero”, algo além da reconstrução dos argumentos utilizados por eles, que por sua vez não apresentam consistência, coerência e compromisso com a realidade, mas sim a “produção de uma visão ética e política convincente que expõe e se opõe à crueldade e à destruição em circulação” (Butler, 2024, p. 37). Dessa forma, “A tarefa é ajudar a produzir um mundo no qual possamos nos movimentar, respirar e amar sem medo da violência, com a esperança radical e irrealista de um mundo que não seja mais regido pelo sadismo moral disfarçado de moralidade” (Butler, 2024, p. 37).

Assim como Bolsonaro articulou em seu governo ações em diversas esferas contra o fantasma do gênero, Butler (2024) reforça a necessidade de mobilizar coalizões transnacionais a favor das minorias atacadas na cruzada contra o gênero. Nesse sentido, a produção do gênero, enquanto categoria que condensa medos e ansiedades sociais que não são nomeadas adequadamente, deve ser combatida a partir da produção de diálogos e confrontos dentro de um movimento expansivo com a finalidade de alcançar a igualdade, a justiça e a preservação e armação de liberdades (Butler, 2024).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da “defesa da família”. In: **“Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política”**. AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica, 2019.

CECCHETTI, Elcio; TEDESCO, Anderson Luiz. Educação Básica em “xeque”: Homeschooling e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-17, 2020.

COOPER, Melinda. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. 1ª edição. New York: Zone Books, 2017.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. POLÍTICAS ANTIGÉNERO EN AMÉRICA LATINA: BRASIL¿LA CATASTROFE PERFECTA?. **Observatorio de Sexualidad y Política (SPW)**, Rio de Janeiro. v. 1, p. 1-117, 2020.

DAMÉ, Luiza. **O Globo**, 2011. Dilma diz que 'não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais'. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/dilma-diz-que-nao-vai-ser-permitido-nenhum-orgao-do-gov-erno-fazer-propaganda-de-opcoes-sexuais-2765417>. Acesso em: 10 out. 2023.

DUALIBI, Julia. **Dramatização no plenário do Senado em discussão sobre aborto incomoda Pacheco**. G1, 17 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/noticia/2024/06/17/dramatizacao-no-plenario-do-senado-em-discussao-sobre-aborto-incomoda-pacheco.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2025.

FARIA, Cláudia Feres; RESENDE, Marcos Paulo Dias Leite. Despublicização nas políticas educacionais: o projeto político do movimento Escola sem Partido em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 42, p. 1-40, 2023.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo: articulação pró-família, punitivista e neoliberal na Câmara dos Deputados**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasília, 2018.

MACHADO, Maria da Dores Campos. O discurso cristão sobre "ideologia de gênero". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n.2, p. 1-18, 2018.

MAGNOLI, Demétrio. **O Globo**, 2013. 'Essa coisa de sociedade não existe'. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/essa-coisa-de-sociedade-nao-existe-8080595>. Acesso em: 23 out. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 28, p.101-128, 2007.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725 – 747, 2017.

RESENDE, Marcos Paulo Dias Leite. **O contramovimento pela despublicização: o Escola sem Partido e os impactos da nova direita sobre a política pública de Educação**. 2022. 208 páginas. Tese (Doutorado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

REZENDE, Patricia Jimenez. **Movimentos sociais e contramovimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2016.

ROCHA, Camila. Cristianismo ou conservadorismo? O caso do movimento antiaborto no Brasil. **Revista TOMO**, Sergipe, n. 36, p. 43-77, 2020.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas a Sexualidade**. **Culture, Society and Sexuality**. Routledge. 38 p., 2012.

SILVA, Elder Luan dos Santos. Neoconservadorismo e ofensivas anti gênero no Brasil: a mobilização da "Ideologia de gênero" e a produção de LGBTfobias no Governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Mato Grosso, v. 4, n. 14, p. 331-363, 2021.

SILVA, Gabriela Peixoto Vieira; OLIVEIRA, Elismênia Aparecida. Políticas antigênero na América Latina: desdobramentos teóricos no debate feminista. *In*: **44.º Encontro Anual da ANPOCS**, 2020.